

Epílogo e prefácio (um testemunho presencial)

João Bernardo*

Resumo:

O autor mistura recordações do combate político com uma síntese dos resultados a que chegou em algumas das suas obras teóricas, para concluir que o neoliberalismo, ao destruir as instituições intermediadoras dos conflitos sociais, prepara uma nova vaga de lutas muito violentas.

Palavras-chave: Capitalismo; Classe trabalhadora; Conflitos sociais.

Abstract:

Mixing together reminiscences from his political life with a synthesis of the opinions supported in some of his books and articles, the author concludes that neo-liberalism, as it destroyed the institutions intermediating social conflicts, prepares a new era of violent struggles.

Keywords: Capitalism; Working class; Social conflicts.

* Escritor, autor entre outros de Para uma teoria do modo de produção comunista (1975); Marx crítico de Marx. Epistemologia, classes sociais e tecnologia em "O Capital", 3 vol. (1977); Capital, sindicato, gestores (1987); Economia dos conflitos sociais (1991 e 2009); Poder e dinheiro. Do poder pessoal ao estado impessoal no regime senhorial, séculos V-XV, 3 vols. (1995, 1997, 2002); Labirintos do fascismo (2003); Democracia totalitária. Teoria e prática da empresa soberana (2004).

João Bernardo

Poucos sabem hoje, ou desejam recordar, mas nós estivemos à beira de vencer.

«Nós», os revolucionários, os anticapitalistas que ao longo da década de 1960 e na primeira metade da década seguinte víamos a nossa força crescer e aumentar a nossa capacidade de acção num impulso que parecia irrefreável. Foi essa a época das lutas autonomistas contra o capitalismo privado e os gestores nos países ocidentais e contra o capitalismo de Estado e a burocracia política nos países de Leste. Começadas aqui e acolá, as greves a que os dirigentes sindicais chamavam “selvagens”, porque resultavam da iniciativa das bases e escapavam ao calendário reivindicativo consagrado, contestavam as burocracias dos sindicatos ao mesmo tempo que reclamavam contra os patrões. O grande avanço do movimento operário naquela época deveu-se ao entendimento de que os dirigentes sindicais tinham mais em comum com os chefes das empresas do que com a classe trabalhadora.

Sobre o pano de fundo de uma proliferação de greves “selvagens”, os estudantes universitários inauguraram um novo tipo de lutas, apresentando reivindicações que, em vez de serem especificamente estudantis, reflectiam os interesses globais dos trabalhadores. Desde a Califórnia até Berlim, desde o movimento pelos direitos cívicos da população negra até aos protestos contra as cadências infernais nas fábricas, os estudantes lutaram não enquanto jovem elite mas enquanto trabalhadores em formação. Foi esta a primeira resposta à conversão, ainda incipiente, da antiga universidade num instrumento de ensino de massas. Quando reflectiam sobre os problemas da academia, os estudantes contestatários exigiam a remodelação do sistema de ensino de acordo com os interesses da classe explorada.

Não se tratou apenas do aparecimento de novas organizações políticas, menos centralizadas e menos hierarquizadas. Naquela época surgiram também, ou adquiriram novo vigor, organizações trotskistas e maoístas, e embora fossem centralizadas e autoritárias, colocavam o problema do relacionamento com as bases de uma maneira diferente das

organizações formadas pelo stalinismo. Em todos os quadrantes do radicalismo anticapitalista era reconhecida a actividade própria dos trabalhadores e dos estudantes de base.

Um movimento convergente ocorria nos países da esfera soviética. As revoltas operárias de 1953 na Alemanha de Leste, a grande insurreição húngara de 1956, as movimentações na Checoslováquia em 1968 e as repetidas e persistentes revoltas do proletariado polaco revelaram o descontentamento da classe trabalhadora para com regimes que haviam substituído os patrões privados pelo padrão colectivo da burocracia política e da tecnocracia empresarial. É certo que outros sectores da sociedade contribuíram para a insatisfação e deram um tom nacionalista àquelas rebeliões, mas posso recorrer a um teste simples para mostrar que a luta de classe foi em todos estes casos o motor principal. Na esfera soviética, durante a Guerra Fria, a Central Intelligence Agency fomentava exclusivamente os nacionalismos, inventando-os quando eles não existiam, e embora promovesse e organizasse a subversão sempre que lhe convinha, foi notória a sua falta de apoio aos movimentos que evoquei, precisamente porque eles eram animados pela classe trabalhadora. A última das coisas que os governantes norte-americanos pretendiam era que o comunismo burocrático fosse derrubado por um comunismo operário. Aliás, a estratégia norte-americana de promoção dos nacionalismos acabou por ser vitoriosa, já que a antiga União Soviética e a sua esfera de influência pereceram não pela luta de classes mas devido à fragmentação nacional. Se as memórias não fossem tão curtas, todos perceberiam que o actual mapa político europeu corresponde de muito perto às fronteiras traçadas pelo Terceiro Reich a partir de 1939. Os governantes de Washington conseguiram impor aquele panorama geopolítico que Hitler não tivera oportunidade de consolidar.

Mas isto é hoje, a época da nossa derrota, e eu estava a falar de ontem, quando caminhávamos para a vitória. Quem pode suspender o tempo, mesmo quando ele é recordado no teclado? Eram as lutas sociais, não as nacionais, que nos moviam na década de 1960, e não víamos qualquer

João Bernardo

diferença no combate contra as classes dominantes no Ocidente ou a Leste. Os partidos comunistas ocidentais facilitaram muito esta convergência ao se oporem com todo o vigor de que eram capazes ao radicalismo das lutas operárias e das lutas estudantis. E a repressão lançada pelo regime soviético contra contestações em tudo idênticas às que nós próprios prosseguíamos no Ocidente encerraram definitivamente o mito da pátria do socialismo. Aqueles de nós que desfilavam no Quartier Latin em Agosto de 1968 cantando *L'Internationale* contra a invasão soviética da Checoslováquia eram os mesmos que pouco tempo antes, durante as lutas estudantis de Maio e a greve geral de Maio e Junho, se haviam manifestado e ocupado e erguido barricadas e combatido a polícia. A posição tomada pelos partidos comunistas contra o movimento operário autonomista e contra os estudantes contestatários ditou o fim da sua audiência enquanto partidos revolucionários. Sabíamos quem o inimigo era e onde estava. O Muro e os seus pedreiros caíram muito antes do que se julga, e o que estava de pé era apenas um fantasma de cimento. Até os movimentos revolucionários de cariz mais ortodoxo seriam obrigatoriamente influenciados pelas lutas autonomistas, se estas tivessem vencido. Cuba é como é porque o resto foi como foi.

Rudi Dutschke simbolizou a convergência das lutas sociais. Nascido e criado na Alemanha de Leste, onde tomara posição contra as instituições e especialmente contra a militarização da sociedade, Rudi Dutschke fugiu para Berlim ocidental em 1961 e continuou ali a mesma luta que havia prosseguido do lado de lá da fronteira, tornando-se uma das principais figuras do movimento estudantil. Esta síntese geográfica dos dois espaços políticos foi reforçada por uma síntese ideológica, e o facto de Rudi, profundamente cristão, ter sido ao mesmo tempo influenciado por teóricos marxistas excluídos da cartilha oficial, como Rosa Luxemburg, Gramsci e os ensaístas da escola de Frankfurt, mostrou que o marxismo podia ser usado como instrumento crítico tanto na luta contra regimes que se reconheciam capitalistas como contra outros que se pretendiam marxistas. Um jovem de extrema-direita tentou assassiná-lo em Abril de 1968 disparando-lhe três

tiros na cabeça. Rudi sobreviveu, e na convalescença continuou a simbolizar a nova era de confronto com os regimes de um e outro lado da Guerra Fria, porque ele, que fugira da Alemanha de Leste, viu-se expulso em 1971 da Inglaterra, onde fora prosseguir os tratamentos, sob a acusação de ser um “estrangeiro indesejável”, dedicado a “actividades subversivas”. E sem dúvida que éramos todos “estrangeiros indesejáveis”, nós que não reconhecíamos fronteiras nem nacionalidades.

O escopo geográfico da convergência foi mais amplo ainda, porque na sua fase inicial a Revolução Cultural chinesa surgiu como um dos principais elementos de referência neste panorama. Mao Tsé-tung lançou a Revolução Cultural para mover os jovens contra os seus opositores nas disputas internas do Partido Comunista, mas os limites previstos foram rapidamente ultrapassados por uma ala radical, que começou a pôr em causa a burocracia como classe social. A implantação do Estado comunista em toda a China em 1949 operara-se sobre uma continuidade fundamental, a manutenção do mandarinato. Uma burocracia plurimilenar, que se modernizara convertendo-se numa tecnocracia, mantivera-se no poder graças à sua componente de esquerda, e contra ela a ala radical da Revolução Cultural defendeu a necessidade de destruir a propriedade privada dos meios intelectuais de produção, tal como fora necessário destruir a propriedade privada dos meios materiais. Quando os cartazes de parede começaram a atacar não só os rivais de Mao mas igualmente os gestores das empresas e a denunciar as relações sociais e as condições de trabalho vigentes no interior das fábricas, nesse momento Mao Tsé-tung viu que as coisas estavam a ir longe demais. Viu-o também quando lhe foi proposta a adopção do modelo da Comuna de Paris e a transformação da China numa federação de comunas, com dirigentes livremente eleitos e revocáveis. Foi então que Mao Tsé-tung recorreu ao exército, e a militarização da Revolução Cultural, celebrizada nas imagens de milhões de jovens brandindo o livrinho vermelho num exercício geométrico de ginástica colectiva, representou o aniquilamento da ala radical.

Para nós, naquela época, a mensagem emanada da Revolução Cultural era a mesma que ouvíamos gritada pelos estudantes norte-

João Bernardo

americanos contra a guerra no Vietnam e pelo movimento pelos direitos cívicos, a mesma das ruas e das fábricas francesas em Maio e Junho de 1968, a mesma de Praga no Verão desse ano, a mesma das ruas e das fábricas italianas, a mesma que haviam tentado assassinar na pessoa de Rudi Dutschke, e entre a voz de Joan Baez e as citações do livrinho vermelho não víamos grande diferença. Seria uma confusão de cabeças quentes, que mal sabiam interpretar fragmentos de informação? Não me parece. Os vectores da história daquela época fomos nós que os entendemos, porque fomos nós quem os fez, não os académicos que se perdem no labirinto das minúcias precisamente porque esse é o álibi de que necessitam para não encontrar saídas.

Nós, os que restamos, somos picos que quem navega nestas águas julga serem ilhéus perdidos, mas que formam os cimos de montanhas submersas, uma Atlântida que deixou palimpsestos cujas camadas inferiores só raros hoje conseguem decifrar, porque quem as escreveu se esqueceu da linguagem então usada.

Fomos vencidos. Liquidaram as nossas possibilidades de acção legal quando elas existiam, perseguiram-nos, encurralaram-nos, exasperaram-nos até precipitarem os mais destemidos ou mais desesperados em acções que foram depois usadas como álibi da repressão desencadeada anteriormente. Juntaram-nos em estádios e campos de concentração ou confinaram-nos em celas de isolamento. Apesar de ser longuíssima a história das atrocidades humanas, experimentaram contra alguns de nós torturas sem precedentes, recorrendo a técnicas sofisticadas de dor e de enlouquecimento. Mataram muitos e deixaram outros morrer na prisão, e alguns dos que se salvaram continuam perseguidos, quarenta anos depois, com a persistência do ódio burocrático. As minhas saudações, Cesare Battisti. Mas não foi isto o mais importante. Perecemos por um conjunto de motivos, e o principal foi o facto de termos lutado em todo o mundo ao mesmo tempo mas dispersamente, enquanto o capitalismo conseguiu reorganizar-se no plano internacional e conduziu o contra-ataque através das firmas multinacionais. O que antes havia sido a internacionalização da economia converteu-se numa supranacionalização e data de então a

hegemonia incontestada que obtiveram as empresas transnacionais. O reverso desta transnacionalização do capital foi a fragmentação dos trabalhadores. Fomos vencidos devido à paradoxal fragilidade de sermos internacionalistas e não termos conseguido unificar as nossas lutas por cima das fronteiras. Por isso a classe trabalhadora está hoje repartida não só por países mas por uma multiplicidade de outras divisões, umas retiradas da arca das recordações históricas e outras inventadas pelos estrategistas das classes dominantes, para grande satisfação dos académicos multiculturalistas.

Só que no capitalismo desenvolvido as derrotas nunca são um esmagamento, mas uma recuperação, operada mediante a perversão dos temas da luta e a inversão do funcionamento das instituições nascidas nessa luta. Os trabalhadores haviam reivindicado o fim do monopólio do conhecimento técnico pelos gestores e haviam mostrado na prática que eles mesmos eram capazes de gerir, começando por gerir as lutas desencadeadas fora dos sindicatos e depressa passando a administrar empresas ocupadas, que podiam mesmo, como em Portugal em 1974 e 1975, representar grande parte do aparelho produtivo de um país. E o que sucedeu? O capitalismo mostrou-se capaz de inserir essa capacidade de gestão nos mecanismos de exploração. Resumido ao essencial, foi assim que se passou do fordismo ao toyotismo. Por seu lado, os estudantes haviam reivindicado a extinção da velha universidade e o fim da divisão clássica do conhecimento, a abertura do ensino superior à classe trabalhadora. E o que sucedeu? Extinguiram-se os últimos traços da universidade de elite e os gestores do sistema académico deram-nos uma universidade de massas vocacionada para ministrar cursos técnicos a uma mão-de-obra qualificada. O trágico é que não foram só os outros a fazê-lo, fomos nós mesmos. Os engenheiros e os administradores de esquerda, que haviam sofrido a influência do movimento estudantil radical, contribuíram poderosamente, nalguns casos decisivamente, para planificar a reorganização toyotista, tal como os professores de esquerda, em cuja cabeça ecoavam os temas da contestação estudantil, auxiliaram a reforma capitalista da universidade, quando não a superintenderam.

João Bernardo

É ambíguo falar de derrota e de vitória, porque as há de infinitas variedades. É-se derrotado de uma dada maneira e os vencedores triunfam de uma dada maneira, por isso a vitória de uns tem indelével a marca da derrota dos outros, e sucede às vezes que o peso de certos vencidos sufoque os vitoriosos. Mas o que irremissivelmente perece são os sonhos e os objectivos que não foram realizados e animaram a luta até ela ser subjugada. Hoje restituíram-nos a utopia como vómito. E o que num plano organizativo é o virar do avesso de instituições que, nascidas na luta, passaram a servir o seu exacto contrário, no plano da linguagem é a adulteração das palavras. O lucidíssimo Jean-Paul Marat dedicou um dos capítulos de *Les Chaînes de l'esclavage* a esta perversão semântica, que nunca dá às coisas os seus verdadeiros nomes. E enfileiradas as palavras, temos a adulteração das ideias. Que Foucault e o multiculturalismo sejam entronizados como expressão directa do Maio de 68 é uma operação do mesmo teor da executada pelo marechal Floriano quando mandou dar o seu nome à cidade cuja rebelião ele mesmo aniquilara.

Os fios que me servem para tecer este artigo podem escapar aos historiadores, mas foram entendidos por ficcionistas, que têm da realidade uma outra percepção, mais íntima e ao mesmo tempo mais fundamental. Durante muitos anos afirmei em aulas, para incómodo de alunos e colegas, que a sociologia é simplesmente uma má ficção, e que a boa ficção é sempre uma excelente sociologia. Mas como não é dado a todos produzir romances, resta-lhes ser sociólogos. Desde o primeiro livro que escreveu para *La Comédie humaine* até ao último, Balzac incansavelmente se proclamou historiador. Por isso ele pôde exclaimar, na introdução geral à sua grande obra: “Fiz melhor do que o historiador, sou mais livre”. Mas quantos dos que têm a história como profissão aprenderam com ele? Passo uma grande parte do dia a ler historiadores, quando não escrevo história, e os melhores, os únicos bons, sabem empregar a imaginação, mas conheço apenas um que enunciou claramente esta necessidade metodológica. Para quem se dedica à história social, escreveu George Dangerfield em *The Strange Death of Liberal England*, “os factos não constituem o único elemento, nem o mais

importante. A história social, tal como a própria história, combina o gosto, a imaginação, a ciência e a erudição. Ela reconcilia o que é incompatível, equilibra probabilidades, para atingir finalmente a realidade da ficção, que é a forma mais elevada de realidade”. Trata-se, afinal, de aplicar as consequências lógicas de um preceito de Leibniz, quando sustentou que o possível, mesmo sem existir, é já real. Nestes termos, James Ellroy, o grande mestre contemporâneo da literatura policial, é o ficcionista que melhor nos permite compreender a história dos embates políticos subterrâneos nos Estados Unidos na segunda metade do século passado, especialmente em *American Tabloid* e *The Cold Six Thousand*. Contrariamente ao que previra a maior parte da extrema-esquerda, nos Estados Unidos não foi preciso recorrer à mobilização fascista porque J. Edgar Hoover, director do Federal Bureau of Investigation desde 1935 até morrer em 1972, procedeu à aliança da polícia com o crime organizado, ficando assim conjugada a fiscalização global a nível superior com a penetração e o enquadramento dos sindicatos e a provocação e destruição interna das organizações revolucionárias ou meramente contestatárias. Que candura, que ilusões, não na nossa força, porque a tínhamos, mas numa certa dignidade do inimigo, que mesmo nas piores previsões imaginávamos à nossa imagem, quando ele era, e continua sendo, o retrato da abjecção. Isto os historiadores não revelam, nem sabem, mas James Ellroy mostra-o, e só assim podemos entender aqueles tempos e o destino que tivemos.

Acima do romance está a poesia porque, se na grande ficção temos a história de uma época, na poesia temos a antecipação do seu futuro. Hegel afirmou que a intuição, em vez de ser a antítese da razão, era o seu culminar. Quando se conhece intimamente um assunto, quando desposamos todos os seus meandros a ponto de os incorporarmos em nós mesmos, então, mostrou Hegel, a razão torna-se imediata e prescinde do raciocínio. Este carácter imediato de uma razão que se afirma directamente a si mesma é a intuição. O poeta - o grande poeta, porque os poetas menores não são poetas - é aquele que consegue fundir o corpo e a mente com o tempo e as pessoas. Resulta daí o dom de síntese da poesia, onde não

João Bernardo

existem sinónimos e onde as palavras não se repetem mesmo que sejam iguais, porque cada uma tem uma função única. A síntese poética é a expressão literária da intuição. Por isso, antes de ter começado aquele meio século de lutas sociais, Ginsberg pôde traçar no mais célebre dos seus poemas, Howl, o destino reservado aos que depositariam a esperança nessa luta. *“I saw the best minds of my generation destroyed by madness, starving hysterical naked, / dragging themselves through the negro streets at dawn looking for an angry fix, / [...]”*. A polícia mata muito nos países civilizados, mas esse é o trabalho de detalhe, o trabalho por grosso é feito pela putrefacção e pela droga. Howl profetizou um destino cujos mecanismos estruturariam mais tarde a ficção romanesca de Ellroy: o capitalismo, personificado por Howard Hughes, e o Federal Bureau of Investigation, dirigido pelo Fouché das lutas sociais contemporâneas, manobrando o crime organizado para neutralizar através da droga a boémia do espírito e aquilo a que noutra época se chamara as “classes perigosas”.

Fomos vencidos. E na voragem da nossa derrota desapareceram outros também, contra quem lutávamos. A partir do momento em que perderam a legitimidade revolucionária, os partidos comunistas ocidentais e os grandes aparelhos burocráticos dos sindicatos só tinham alguma utilidade enquanto nós existíssemos, para nos conter e para servir de tampão entre as elites e os operários e estudantes mais activos. Inimigos ontem para os revolucionários, desnecessários hoje para a sustentação da ordem, os partidos comunistas do Ocidente extinguiram-se ou atrofiaram-se e, acompanhando este movimento, desvirtuaram-se os partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas, cuja referência, mesmo que mítica, à classe trabalhadora deixou de ter lugar. Ao mesmo tempo, na prática totalidade dos países, os sindicatos passaram a mobilizar uma percentagem cada vez mais reduzida da força de trabalho, as burocracias sindicais afastaram-se do confronto de classe e dedicaram-se sobretudo a gerir os seus colossais fundos financeiros e pacotes de acções. Desmantelaram-se os mecanismos de integração social keynesianos, de que os partidos de esquerda e os sindicatos eram parte integrante, e a

liquidação das instituições independentes destinadas a regular os conflitos sociais deixou as classes dominantes desprovidas de instrumentos de conciliação específicos. No século XIX considerava-se que as questões sociais eram casos de polícia e a mesma opinião voltou hoje a prevalecer, com razão, porque o confronto entre as classes tornou-se cada vez mais directo.

E não só as questões sociais, mas também as questões educacionais passaram a ser casos de polícia. O ensino de massas revelou-se um dos mais espectaculares fracassos do capitalismo. Ao longo das últimas décadas têm sido investidas somas enormes na infra-estrutura escolar e na formação de professores e um número incalculável de pedagogos tem animado comissões e escrito relatórios, sem que nada disso consiga evitar o analfabetismo funcional. Aliás, as estatísticas, por pessimistas que sejam, atenuam a realidade, porque, como os critérios de avaliação se tornaram cada vez mais baixos, aqueles que hoje passam por saber alguma coisa seriam há algum tempo atrás considerados como não sabendo quase nada. A situação é diferente nos colégios privados e em certas escolas públicas especiais, destinadas a educar as crianças das classes dominantes, mas os futuros trabalhadores ficam entregues à escola pública de massas e são estas instituições que aqui me interessam.

Na base do fracasso do ensino de massas encontra-se uma dicotomia de que só os pedagogos não se apercebem. O ensino tem como preocupação exclusiva as salas de aula, onde se concentra todo o esforço pedagógico. Por seu lado, os alunos interessam-se unicamente pelos corredores e pelos pátios, articulados no mesmo espaço social com os estabelecimentos de jogos de vídeo e com os centros comerciais. Para o aparelho pedagógico de Estado as escolas são lugares de aprendizagem. Para os alunos, as escolas são lugares de sociabilização. É no convívio nos corredores e nos pátios, nos *video-games* e nos *shopping centers* que os analfabetos funcionais se adestram profissionalmente. Eles são incapazes de escrever duas linhas e de entender o sentido de uma frase simples, mas conhecem como ninguém os meandros do comportamento urbano. E o teclado dos computadores só é para eles um mistério quando se vêem obrigados a juntar as letras; para

João Bernardo

tudo o mais manejam-nos com rapidez e perícia. Também aqui a utopia nos foi devolvida como vómito. A aprendizagem lúdica, que os libertários tanto haviam enaltecido nas décadas de 1960 e 1970, resultou hoje na aprendizagem através dos jogos de computador, que sustenta o analfabetismo funcional.

A grande questão consiste em saber como é possível que alguém permaneça nove, dez ou onze anos no sistema escolar e saia praticamente analfabeto, porque não se trata aqui de não ter aprendido, mas de não ter querido aprender. Só se é analfabeto funcional graças a uma luta deliberada e longa, tão longa quanto o é o ensino obrigatório. Ora, os economistas neoliberais, que gostam de imaginar sujeitos movidos pela racionalidade económica, tal como a ditaria um mercado utopicamente livre-concorrencial, verão com apreço o facto de o analfabeto funcional, mesmo sem conhecer a tabuada, ser capaz de avaliar o mercado de trabalho e de calcular que não lhe é rentável despende tanto esforço a qualificar-se numa época em que as empresas raramente oferecem carreiras estáveis. Para acabar trabalhando num *call center*, valerá a pena candidatar-se à admissão na universidade? E assim a precarização, se começou por suscitar o aumento do analfabetismo funcional, é ela própria incentivada pela difusão do analfabetismo, porque estes trabalhadores não podem ser outra coisa senão precários. Um dos elementos indispensáveis ao desenvolvimento da produtividade, e por aí ao aumento da taxa de exploração, fica comprometido quando o analfabetismo funcional ultrapassa um certo nível. Sem conseguir quebrar o círculo vicioso, o capitalismo corre hoje o sério risco de ver a precarização expandir-se muito para além do que lhe seria rentável.

É então que se fala de “fracasso escolar”, o que mais uma vez baralha tudo, porque as raízes deste fracasso situam-se fora da escola, no mercado de trabalho. Ao elegerem os corredores e os pátios das escolas, as casas de jogos de vídeo e os shoppings como os lugares onde decorre a sua formação pessoal e profissional, os alunos da escola pública deram uma resposta racional ao dilema em que foram colocados. E se esta resposta nos parece

horrenda, não os acusemos a eles, mas à racionalidade econômica. Avessos às salas de aula, os alunos refractários não são já disciplinados pela instituição escolar. Quem os disciplina, então? E assim a questão educacional tornou-se um caso de polícia. É infindável o catálogo das medidas de repressão instaladas no interior dos espaços escolares para monitorizar os alunos e para permitir a rápida intervenção dos seguranças privados, se os houver, ou da polícia oficial. Nem aqueles sonhadores que nas suas horas de lirismo entusiástico equiparavam as escolas a prisões imaginaram algum dia que elas se transformassem realmente em cárceres, com grades para impedir os alunos de sair ou, sabe-se lá, de entrar.

Mas há ainda aqueles estudantes que, apesar de tudo, são capazes de escrever, embora poucas páginas e com uma deplorável sintaxe, para já nem mencionar a ortografia, e que são capazes de ler, não livros inteiros, mas pelo menos capítulos de livros ou partes de capítulos e são capazes de pesquisar na internet o suficiente para fazer *copy and paste*. Estes conseguem obter um diploma universitário. Por todo o mundo, o ensino de massas transformou as universidades em colégios técnicos e a maior parte da pesquisa científica passou a obedecer aos mesmos critérios. Uma vez mais, a utopia foi-nos restituída como caricatura desfigurada, porque onde proclamámos a necessidade de unir a teoria à prática temos agora o fim da teoria e o empobrecimento da prática. A teoria e a cultura, que resultam da capacidade de relacionar o particular com o geral e, assim, de entender os fundamentos do particular, deixaram de vigorar nas universidades e nos institutos de pesquisa, onde impera a especialização, precisamente o contrário da articulação do particular no geral. A norma é o desaparecimento do geral através da incessante multiplicação do particular, a compartimentação crescente de cursos ou de linhas de pesquisa em que é impossível saber o que se passa ao lado. Nesta situação, a internet, que poderia ter sido um espantoso utensílio de amplificação cultural, serve de instrumento ao contexto onde vigora, e acelera a fragmentação do conhecimento e a futilidade dos interesses. É certo que alguém, em algum lugar, conhece a teoria e sabe conjugar o particular no geral, mas esses não

João Bernardo

estão na universidade de massas. A cultura, mais do que nunca, tornou-se monopólio dos gestores. Mas como também entre eles reina a especialização, embora de tipo diferente, a cultura é detida apenas pelos gestores do conhecimento. O que antes fora uma linguagem genérica converteu-se em mais um dos dialectos particulares.

A renovação da cultura e a difusão de uma contracultura foi uma das preocupações marcantes das revoltas estudantis da década de 1960 e do começo dos anos seguintes. Contrariamente ao que sucede com o pós-modernismo, empregámos então a ironia como crítica e não como distanciação, maneámos o sarcasmo e a violência de linguagem, empenhámo-nos em chegar ao fundo e não em deslizar pela superfície. Havia uma enorme seriedade por detrás das nossas atitudes mais irreverentes, ao contrário dos pós-modernos, que recorrem a uma aparente irreverência pré-fabricada pelos imitadores do libertador do corpo e sustentada pela banalidade da carreira académica. Na década de 1960 e na meia década seguinte as vanguardas profissionais do leninismo tinham sido substituídas por um misto de organizadores políticos e agitadores culturais. Mas que cultura é difundida hoje pelos meios de comunicação de massa? Será que a cultura dominante é a de classes dominantes incultas?

E não foram só as questões sociais e educacionais que no século XXI se tornaram casos de polícia, porque a questão familiar também se tornou. Marx e Engels haviam escrito, num manifesto célebre, que o capitalismo estava a desagregar a família, mas precipitaram-se na previsão, porque durante bastante tempo o ócio permaneceu exterior à esfera do capital. Sustentados pelo pequeno comércio e pelos pequenos serviços enquanto modalidades de economia doméstica, os lazeres, na sua produção, mantinham um espaço para a família. Esse espaço era igualmente mantido na fruição dos lazeres e, destruída quotidianamente no âmbito das relações de assalariamento capitalista, a família proletária reconstituía-se semanalmente no dia de folga. Foi ao expandir-se nesta direcção e ao criar as indústrias do ócio que o capitalismo suprimiu o derradeiro quadro de preservação da família, precipitando a sua desagregação. Ora, isto sucede

numa época em que as instituições mediadoras políticas e sindicais estão enfraquecidas ou liquidadas e em que as salas de aula não funcionam já como instrumento de disciplina. Sempre prestes a apresentar as coisas ao contrário, os jornalistas, e aqueles sociólogos que não ultrapassam o nível do jornalismo, evocam agora a demissão dos pais. Resta saber se foram eles que se demitiram ou se foram demitidos, e por quem.

As autoridades interrogam-se, ansiosas, sobre o que fazer com a turbamulta de jovens. Noutra época eles puderam ser inseridos em juventudes partidárias, de lenço vermelho ao pescoço, ou, nos países onde era hegemónica uma social-democracia com ampla base operária, eles estavam inseridos em redes de cultura e de lazer animadas pelos sindicatos. Por seu lado, o activismo político e social das décadas de 1960 e 1970 serviu também, à nossa maneira, para enquadrar a juventude. Tudo isto pertence hoje ao reino dos defuntos, e se as forças conservadoras viam então com desconfiança uns tipos de mobilização e com pavor os outros, possivelmente têm saudades agora, porque se já não existem quadros para mobilizar a juventude, também não os há para contê-la. E as escolas converteram-se em focos de conspiração para os tão temidos desordeiros. Uma vez mais funciona aqui o paralelo estimado por alguns entre a escola e o cárcere, porque tal como no interior dos presídios se constituem e estabelecem os estados-maiores do crime organizado, também nos corredores e nos recreios os jovens tecem entre eles os laços da sua insubmissão colectiva. A família foi a última instituição intermediadora que o capitalismo contemporâneo derrubou. Restam os polícias do Estado e os seguranças das firmas privadas para fazerem a vez de pais severos. E com que aplicação se dedicam a esta tarefa! O policiamento das escolas conjuga-se com o policiamento dos centros comerciais e dos estabelecimentos de jogos electrónicos, e não são poucas as cidades, em vários países, onde está decretado o recolher obrigatório do jovens a partir de certa hora da noite. Estranho mundo onde o adulto, sob o fantasma da pedofilia, é apresentado como um perigo iminente para as crianças, e as crianças, sob o espectro do vandalismo, são apresentadas como uma ameaça constante para os adultos.

Nas décadas de 1960 e 1970 lutámos tanto quanto pudemos contra os partidos da esquerda reformista e contra os sindicatos burocratizados, porque os considerávamos, com toda a razão, uma das principais protecções do capitalismo. E o capitalismo, quando nos derrotou, a primeira coisa que fez foi terminar a tarefa que deixámos incompleta e ele próprio pôs fim ao que restava das instituições intermediadoras dos conflitos sociais. Instaurou-se assim o neoliberalismo, que os jornalistas e muitos especialistas de ciência política consideraram o triunfo definitivo do capital.

Mas mal se viram detentores de uma tão considerável vitória, os capitalistas perceberam que não lhes restava outra solução senão enfiar a sociedade em casernas. Fazem-no através da segregação urbana, rodeando as periferias com auto-estradas para as isolar ou, quando tal se verifica impossível, erguendo muros em seu redor, ou erguendo-os em torno das residências e conjuntos residenciais da elite, ou fazendo tudo isto simultaneamente, de maneira que as cidades tendem a transformar-se numa colecção cada vez mais complexa de gavetas. Em vez da integração social que passara a ser o objectivo explícito dos urbanistas desde os planos delineados pelo barão Hausmann para a reconstrução de Paris, e que se apresentava como uma condição indispensável à pacificação política, o objectivo da urbanização parece ser hoje a segregação sistemática.

A segregação ampliou-se mais ainda e abarca continentes inteiros, o que é inédito no mundo moderno e merece alguma reflexão. Um dos fenómenos básicos do capitalismo tem sido a emigração do campo para as cidades. Contrariamente ao que é comum julgar, a grande revolução da produtividade ocorreu na agricultura, não na indústria. Mesmo nas regiões mais urbanizadas da Europa no século XV, como a Itália setentrional e a Flandres, só cerca de 5% da população vivia nas cidades, o que significa, em termos grosseiros, que era necessário o trabalho de 95% das pessoas para produzir alimentos para a totalidade dos habitantes. Hoje a proporção inverteu-se, e nos países mais desenvolvidos, que são também os principais produtores e exportadores de produtos agro-pecuários, menos de 5% da população está empregue neste sector. Assim, uma numerosíssima mão-

de-obra pôde dedicar-se ao desenvolvimento dos outros ramos económicos. Estas massas de origem rural não se limitaram a deslocar-se no interior de cada país, e nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX uma enorme quantidade de camponeses abandonou as suas terras natais e atravessou o oceano para engrossar o proletariado industrial nas Américas do Norte e do Sul. O taylorismo e o fordismo foram as técnicas necessárias para fazer com que esses imigrantes aprendessem rapidamente a lidar com máquinas, e graças a esta mão-de-obra desenvolveu-se a produção industrial de massas. Quando o Congresso dos Estados Unidos aprovou em 1924 a National Origins Quota Law, fixando um limite máximo para o número de imigrantes aceite anualmente, o objectivo prioritário não era a redução do fluxo migratório mas a restrição drástica da entrada de não nórdicos, recorrendo a critérios racistas para orientar a composição étnica da população norte-americana. Mais recentemente, durante a década de 1960 e a primeira metade da década seguinte, até à crise económica mundial deflagrada em 1974, os países desenvolvidos da Europa acolhiam de braços abertos quem para lá quisesse ir trabalhar e legalizavam rapidamente os imigrantes ilegais. A situação actual é, portanto, anómala na história do capitalismo, e é-o duplamente, porque enquanto a circulação de capitais beneficia de uma mobilidade total, a circulação de mão-de-obra tornou-se alvo de severas restrições e os países evoluídos cercaram-se com barreiras legislativas e policiais rigorosas. É flagrante o antagonismo entre as leis jurídicas da imigração e as leis económicas do mercado de trabalho. Os que morrem na travessia, no deserto, no Mediterrâneo, asfixiados dentro de contentores, em que contabilidade são lançados, na da pobreza a que fugiram ou da riqueza que não alcançaram?

Não bastam os muros de cimento e as barreiras legais. Pela primeira vez na história da humanidade, a aplicação extensiva da electrónica aos processos de trabalho permitiu que os meios de produção fossem simultaneamente meios de fiscalização. Quer os simples computadores quer as máquinas com componentes electrónicos registram o desempenho do trabalhador ao mesmo tempo que ele trabalha. E como as pessoas passam

João Bernardo

hoje a esmagadora maioria do lazeres manipulando computadores, as horas de ócio são tão monitorizadas como as horas de trabalho. A rede estendeu-se e todos os meios e instrumentos providos de componentes electrónicos, desde as televisões até aos cartões de crédito e de débito e àqueles destinados a permitir a circulação nos transportes públicos, registram detalhadamente as utilizações e os percursos dos utentes. A generalização dos telefones portáteis permitiu ampliar mais ainda a rede de fiscalização. E como se esta colossal panóplia não fosse suficiente, as ruas e praças das cidades, além do interior dos edifícios e dos meios de transporte, do mesmo modo que as portagens [pedágios] das auto-estradas, são guarnecidos com câmaras de vídeo destinadas a filmar transeuntes e passageiros.

Entretanto, em menos de uma década estabeleceu-se uma rede mundial secreta de prisões e de lugares de tortura, com uma rigorosa divisão de trabalho entre as polícias dos diversos países, consoante as especialidades de cada uma e a hierarquia de poderes que as ordena. Esta rede funda-se num sistema de extraterritorialidade judiciária e de tribunais especiais contrário às normas jurídicas básicas da democracia. E que tudo isto pudesse ter sido feito a partir do conjunto de países onde o parlamentarismo vigora secularmente e onde a censura aos órgãos de comunicação se deve a decisões e pressões internas e não a imposições governamentais revela o grau de totalitarismo que a democracia foi capaz de atingir. Os teóricos do regime representativo nunca afirmaram que ele permitia ao povo o exercício do poder, pelo contrário, consideraram sempre que uma das suas vantagens consistia em afastar o povo de qualquer interferência directa na governação, tida como demagógica e perigosa. Mas, ao mesmo tempo, estes teóricos indicavam a existência de mecanismos institucionais que permitiam ao povo influenciar as decisões dos seus eleitos. Hoje, já nem isto sucede. Esses mecanismos não servem para transmitir opiniões de baixo para cima, mas para ocultar aos de baixo as decisões tomadas pelos de cima. O aumento progressivo das taxas de abstenção nas últimas quatro décadas, que se verifica generalizadamente, indica a perda de legitimidade da democracia representativa.

Enfraquecidas ou liquidadas as instituições que durante muitos anos intermediaram e moderaram os conflitos sociais e embaçada a aura de liberdade que envolvia a democracia representativa, as classes dominantes confiam apenas, para se sustentar, na sofisticada rede de fiscalização electrónica e na brutalidade dos agentes da repressão. E querem convencer-nos de que engendraram tudo isto por causa de uns sujeitos encafuados lá no noroeste do Paquistão?

Escrevi há pouco que a vitória de uns tem marcados os traços da derrota dos outros, mas o inverso é igualmente verdadeiro. A forma como as classes dominantes assumiram o seu triunfo nas três últimas décadas condiciona a forma como se lutará contra elas. Nos anos de 1960 e de 1970 os elementos mais aguerridos do anticapitalismo eram operários qualificados, aptos a fazerem laborar as empresas na ausência dos patrões, e estudantes para quem a cultura não era uma palavra sem significado. Apesar disto fomos considerados inimigos terríveis. Chamaram-nos violentos porque nos defendíamos da violência, violentos nós, os que lutávamos contra as guerras e contra os exércitos e as polícias. Chamaram terrorismo à desesperada acção defensiva a que alguns se sentiram obrigados a recorrer. Lutámos numa época em que existiam ainda, no Ocidente, instituições mediadoras dos conflitos e em que a democracia representativa gozava de um prestígio mensurável nas taxas de participação eleitoral, e estes dois factores contribuíram para a nossa derrota. Agora, porém, as classes dominantes apresentam-se desprovidas de biombo institucionais, que são a mais eficaz das protecções. E quem vão enfrentar? Aqueles que se têm movido nos últimos anos contra o capitalismo não são operários qualificados mas trabalhadores precários, não são estudantes letrados mas analfabetos funcionais que incluem a cultura no mesmo desprezo que sentem por tudo o resto, jovens dos subúrbios - dos subúrbios das cidades e dos subúrbios do mundo - enquadrados por mais ninguém senão por eles próprios e capazes do furor destrutivo necessário para abalar as instituições em que vivem.

João Bernardo

Será este o perfil da próxima maré de lutas sociais. A violência sem precedentes de um confronto generalizado desprovido de mediações. Terríveis, nós, os vencidos dos anos de 1970? Ouçam no YouTube as músicas que nos serviam de liturgia. Em França eram Brassens e Léo Ferré quem reverentemente escutávamos. Ouçam o canto de Nina Simone, cru pressentimento do destino da luta dos negros nos Estados Unidos, mas elevado a um plano onde o som rasgava o véu de outro horizonte. Ouçam e vejam Bob Dylan cantando *Blowin' in the wind* com Joan Baez, os Freedom Singers e Peter, Paul & Mary no festival de Newport em 1963. Era um dos nossos hinos, que todos conheciam, de um e outro lado do oceano. Chamaram violência a esta candura. E o quê, agora? O que anunciam as músicas que dão voz às revoltas urbanas de hoje?

Autor convidado.